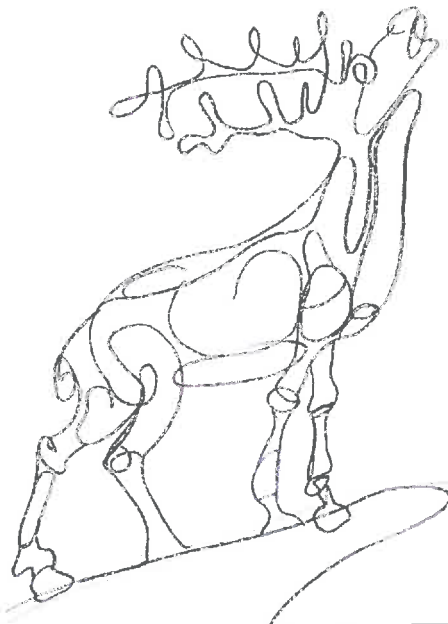




CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA  
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

# Caderno de Encargos



**CONSULTA PRÉVIA**

**Limpeza de Sanitários Públicos, dos Espaços das Atividades Culturais,  
do Centro de Apoio às Empresas e Reforço da Limpeza no Mercado Municipal e Largo da Feira**



## INDICE

Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objecto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Local de prestação dos serviços .....	3
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Caracterização dos serviços a prestar e período normal de trabalho .....	3
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Prazo .....	3
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Valor e condições de pagamento .....	3
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Objecto do dever de sigilo .....	5
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Prazo do dever de sigilo .....	5
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Penalidades contratuais .....	5
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Força Maior .....	5
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Resolução por parte do Município de Vila Nova de Cerveira .....	6
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Resolução por parte do prestador de serviços .....	6
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Caução .....	7
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Seguros .....	7
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Foro competente .....	7
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações .....	7
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos .....	7
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Legislação aplicável .....	7
ANEXO I .....	8



### Cláusula 1.ª

#### Objecto

O Presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento por Ajuste Directo que tem por objeto principal a aquisição de serviços para “**Limpeza de Sanitários Públicos, dos Espaços das Atividades Culturais, do Centro de Apoio às Empresas e Reforço da Limpeza no Mercado Municipal e Largo da Feira**”, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações, e demais legislação aplicável.

### Cláusula 2.ª

#### Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3.ª

#### Local de prestação dos serviços

Os serviços a prestar deverão ser prestados nos locais indicados pelo Município de Vila Nova de Cerveira, de acordo com o estipulado no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

### Cláusula 4.ª

#### Caracterização dos serviços a prestar e período normal de trabalho

Os serviços a prestar e o período normal de trabalho deverão ser prestados de acordo com o estipulado no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

### Cláusula 5.ª

#### Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **12 meses** em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### Cláusula 6.ª

#### Valor e condições de pagamento

1. O preço base do presente procedimento é de **€ 22.000,00 (vinte e dois mil euros)**, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os pagamentos pelos diversos serviços a prestar serão efetuados da seguinte forma:



**CONSULTA PRÉVIA – Limpeza de Sanitários Públicos, dos Espaços das Atividades Culturais, do Centro de Apoio às Empresas e Reforço da Limpeza no Mercado Municipal e Largo da Feira**

- a) Limpeza do Centro de Apoio às Empresas: Limpeza geral do 1º piso e do respetivo acesso principal, limpeza do lado esquerdo do Edifício do CAE, Loja do Cidadão e CTT (com duração de 12 meses) – pagamento mensal.
- b) Limpeza dos sanitários públicos, dos espaços das atividades culturais e reforço limpeza dos sanitários do Mercado Municipal e Largo da Feira – pagamento mensal (com duração de 6 meses).
- c) Reforço de limpeza em atividades culturais durante os meses de julho e agosto – pagamento mensal.

2. Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada em prestações mensais, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.

3. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos do número anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a recepção pela entidade adjudicante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas, as facturas são pagas através de cheque.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Obrigação de garantir os serviços identificados na sua proposta, de acordo com os requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante;
- b) Obrigação de respeitar os horários previamente definidos;
- c) Obrigação de comunicar, com antecedência, a necessidade de executar serviços que impliquem perturbações locais de funcionamento, com vista à obtenção de acordo por parte da Câmara Municipal;
- d) Obrigação de manter em todos os WC's, mapa relativo à limpeza, devidamente atualizado, em moldes a ajustar com a Câmara Municipal;
- e) Obrigação de respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, nomeadamente a legislação no âmbito da saúde higiene e segurança no trabalho, relativamente a todo o pessoal utilizado para a realização da prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem;
- f) Assunção da responsabilidade de possíveis danos ou extravios, em bens ou pessoas, provocados pelo pessoal ao seu serviço;
- g) Obrigação de dispor de apólices de seguro contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal, que apresentará à entidade adjudicante, antes do início da prestação de serviços e, posteriormente, sempre que a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira assim o exija;

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e demais meios que sejam necessários e adequados à prestação de



serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Objecto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos à entidade adjudicante.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de quaisquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos





ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 12.ª

##### Resolução por parte do Município de Vila Nova de Cerveira

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na conclusão dos serviços objeto do contrato.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

#### Cláusula 13.ª

##### Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 60 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.



**Cláusula 14.ª**

**Caução**

Não haverá lugar a prestação de caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 15.ª**

**Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação do serviço objeto do presente contrato.

2. O Município de Vila Nova de Cerveira pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

**Cláusula 16.ª**

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 17.ª**

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 18.ª**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 19.ª**

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações.

O presente Caderno de Encargos contém onze folhas, todas numeradas e por mim rubricadas.

Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, 11 de junho de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

  
João Fernando Brito Nogueira



## ANEXO I

### REQUISITOS TÉCNICOS

#### Artigo 1º

##### Âmbito da Prestação de Serviços

1. Os serviços, objeto do presente concurso, abrangem:
  - a) Limpeza do Centro de Apoio às Empresas: Limpeza geral do 1º piso e do respetivo acesso principal (1 vez por mês), Limpeza do lado esquerdo do edifício do CAE, Loja do Cidadão e CTT - 3 vezes por semana – com duração de 12 meses;
  - b) Limpeza dos sanitários públicos – com duração de 6 meses;
  - c) Limpeza de instalações e envolvente nos eventos culturais – com duração de 6 meses;
  - d) Reforço de limpeza dos sanitários do Mercado Municipal e do Largo da Feira (aos sábados) – com duração de 6 meses;
  - e) Fornecimento de todos os materiais necessários e adequados à execução das tarefas adstritas à prestação de serviços;
  
2. Os serviços serão prestados nos seguintes sanitários públicos:
  - a) Parque do Castelinho;
  - b) Central de Camionagem;
  - c) Campo da Feira;
  - d) WC Mercado;
  - e) WC Auditório;
  - f) WC junto à GNR;
  
3. Os serviços serão também prestados em instalações e envolvente nos seguintes eventos culturais:
  - a) Noite de Fados;
  - b) Festival Internacional de Danças Folclóricas: O Mundo a Dançar;
  - c) Festas Concelhias em Honra de S. Sebastião;
  - d) Cerveira Acústica;
  - e) Festa da História;
  - f) Desfolhada Tradicional Minhota;
  - g) Festival de Bandas.
  - h) Outros eventos



	<b>MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA</b> Câmara Municipal	<b>Caderno de Encargos</b>
	<b>CONSULTA PRÉVIA – Limpeza de Sanitários Públicos, dos Espaços das Atividades Culturais, do Centro de Apoio às Empresas e Reforço da Limpeza no Mercado Municipal e Largo da Feira</b>	



**Artigo 2º**  
**Atribuições por Edifício**  
**(Limpeza e manutenção de sanitários públicos em Vila Nova de Cerveira)**

<u>Local</u>	<u>Época</u>	<u>Horário</u>	<u>Serviço a realizar</u>
<b>Parque do Castelinho</b>	julho a dezembro (inclusive)	Todos os dias da semana	Limpeza de manhã (até às 9:00h)
	julho a agosto (inclusive)	De 2ª feira a 6ª feira	Limpeza de manhã (até às 9:00h), hora de almoço (entre as 12:00h e as 14:00h) e de tarde (entre as 15h:30m e as 16h:30m)
<b>Central de Camionagem</b>	Julho a dezembro	Todos os dias da semana	Limpeza de manhã (até às 11:00h)
<b>Campo da Feira</b>	Julho a dezembro	Domingo a 6ª feira	Limpeza de manhã (até às 9:00h)
		Sábados	Limpeza de manhã (até às 9:00h), hora de almoço (entre as 12:00h e as 14:00h) e tarde (entre as 16:00h e as 17:00h)
<b>WC Mercado</b>	Julho a dezembro	De 2ª feira a 6ª feira	Limpeza de manhã (entre as 8h:30m e as 9h:30h)
		Sábados	Limpeza de manhã (até às 9:00h), hora de almoço (entre as 12:00h e as 14:00h) e de tarde (entre as 15h:30m e as 16h:30m)
<b>WC Auditório</b>	Julho a dezembro	Todos os dias da semana	Limpeza de manhã (até às 9:00h) e de tarde (entre as 15h:30m e as 16h:30m)
<b>WC junto à GNR</b>	Julho a dezembro	Todos os dias da semana	Limpeza de manhã (até às 11:00)

**Notas:**

A abertura e fecho dos sanitários públicos deverá ser garantida da seguinte forma:

No horário de Inverno: abertura pelas 7:00h e fecho às 19:00h

No horário de Verão: abertura pelas 7:00h e fecho às 22:00h

**Artigo 3º**  
**Prazos de Execução**

O serviço deve ser executado nos horários e alturas estabelecidos pela entidade adjudicante.

**Artigo 4º**  
**Fiscalização dos trabalhos**

Os trabalhos a executar poderão ser, em qualquer altura, fiscalizados por trabalhadores/colaboradores da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, com o objetivo de verificar e assegurar a correta execução dos mesmos, nomeadamente, verificar o mapa constante da alínea d), n.º 1 da cláusula 7ª do presente Caderno de Encargos.

**Artigo 5º**  
**Condições gerais da prestação de serviços**

1. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no contrato, entende-se que o adjudicatário se inteirou localmente das condições aparentes de realização dos trabalhos.

2. Os trabalhos deverão ser executados em perfeita conformidade com o presente Caderno de Encargos, com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas e ainda com os usos correntes da boa arte.



**Artigo 6º**

**Pessoal**

1 São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal por si utilizado na execução dos trabalhos, à sua aptidão profissional, à disciplina, à sua conduta, e à sua responsabilidade civil.

2 O pessoal empregado na execução dos trabalhos e sob a responsabilidade do prestador de serviços, deverá usar farda/uniforme adequado ao desempenho dos trabalhos, tendo dignidade profissional.

3 Todo o pessoal afeto à prestação de serviços deverá ter conhecimento e cumprir toda a legislação em vigor, no que concerne ao sigilo profissional.

4 Os novos elementos devem ser previamente informados sobre as particularidades das tarefas a executar.

5 Mediante pedido fundamentado da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, o prestador de serviços obrigasse a substituir qualquer elemento do seu pessoal.

**Artigo 7º**

**Instalações, Equipamentos e Transportes**

1. Compete ao adjudicatário a responsabilidade pela instalação de serviços, pessoal, equipamentos e outros materiais necessários à boa execução dos trabalhos.

2. Constituem encargo do adjudicatário, o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.

3. O equipamento a que se refere a cláusula anterior, deve satisfazer, quer quanto às características, quer quanto ao seu funcionamento e ao estabelecido nas normas de segurança aplicáveis.

4. É da exclusiva responsabilidade do adjudicatário a afetação dos materiais de transporte adequado à boa execução dos trabalhos, assim como os respetivos encargos operacionais, com vista, nomeadamente, ao transporte de pessoal e de remoção dos produtos sobrantes.